

PENSAR O NACIONALISMO NA VIDEOSFERA

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O príncipe da moeda*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1997.

"A TV nasce americana: as idéias dominantes de uma sociedade são os sons e as imagens da TV dominante" (p. 221).

Esta é a assertiva que perpassa *O Príncipe da Moeda*. Explicar a situação político-econômica do Brasil passa, para o autor, necessariamente pela análise cultural retrospectiva, desde, pelo menos, a *Semana de 22* até o atual estágio de hegemonia da TV Globo. A televisão, para ele, é quem engendra as relações políticas, tanto externa quanto internamente, as urnas servindo apenas para ratificar a escolha videofinanceira. E para a cultura só a liberdade econômica e a soberania política seriam a solução de desatrelamento global.

É do imperialismo, denominado dependência no eufemismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que parte Vasconcellos para re-des-construir o panorama político e econômico atual do país. Sua crítica áspera e irônica não deixa incólume o leitor, seja pela concordância, seja pela discordância ou, o que tem de melhor, por aguçar a retomada da história próxima-passada em preto e branco. Sim, pois ele retira o colorido da esquerda estudantil de 64, do palanque alegórico na luta pelas "Diretas Já" dos anos 80 e, mais proximamente, suprime brilho e *glamour* da telenovela (considerando que estes ainda sobrevivam à Escola de Frankfurt).

As leis do mercado financeiro internacional regem o Brasil em todas as suas instâncias. Para o crítico, é a moeda que tem a primazia sobre todas as coisas, é ela que determina as relações de uso e da troca. Não se trata de uma primazia que se fez do dia para a noite, mas que vem sendo construída ao longo da história colonial brasileira. No entanto, a entronização da moeda atinge seu ponto alto no atual governo, especificamente, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao poder. Vasconcellos diz: "... o significado dele (FHC) na política requer abordagem que aprofunde a questão da cultura: a moeda real não é apenas combate à inflação, e sim atitude reveladora da dominação do dinheiro sobre to-

dos os aspectos da vida" (p. 39). Seguindo seu raciocínio, a opção de FHC pelo *capital videofinanceiro*¹ materializa o funcionamento do país a ponto de assumirmos uma cultura que só permite a matéria — não como metáfora, mas como moeda de troca. Assim, ficam excluídas a subjetividade, a criatividade artística do raciocínio de circulação no mercado financeiro. E, de preferência, que este mercado esteja em harmonia com as regras financeiras internacionais.

A posição neoliberal do atual Presidente da República não é ingênua e nem resultado de um *insight* às vésperas de 1994. Trata-se, no entanto, de uma convicção que o acompanha desde sua atuação como professor da USP, época na qual, segundo Vasconcellos, falseava um discurso marxista totalmente estrangeiro, ou seja, um *marxólogo fora do lugar*. Para o autor, FHC nunca olhou o Brasil, nunca falou de dentro dele, mas sempre vislumbrou o país e sua situação "dependente" como forma de tirar vantagem pessoal e apresentar-se ao estrangeiro como a personificação do favor, aquele que agradecido curva-se diante do favorecedor. O argumento mais contundente à sua afirmação vem de Glauber Rocha que, aproximadamente vinte anos antes das eleições presidenciais, diz de FHC, dentre outras coisas: "Fernando Henrique Cardoso é apenas um neocapitalista, um kennediano, um entreguista". A declaração de Glauber serve de epígrafe ao livro de Gilberto Vasconcellos, adiantando o caráter denunciatório, historicista e nacionalista que perpassará todas as páginas seguintes.

A denúncia não vem desprovida de sustentação teórica, nem se constitui num discurso exterior aos fatos apontados. São evidentes as ligações do autor com os diversos intelectuais brasileiros citados, seja pela contemporaneidade ou pela leitura crítica de suas teorias econômicas, políticas e sociológicas. A denúncia, de dentro e para seus próprios "pares".

O historicismo está na forma, na construção do texto. Os fatos são datados e suas ligações percorrem a história do Brasil, de maneira mais pontual de Getúlio Vargas a Fernando Henrique Cardoso, embora não perca de vista a colonização e o enraizamento cultural por ela promovidos nos séculos anteriores. É um historicismo que afirma a cronologia sem desprezar a noção causal do emaranhado político e social do país.

O nacionalismo é a tese de Gilberto Vasconcellos. Apostando no "abrasileiramento" da crítica contemporânea nos diversos campos intelectuais, ele mostra como, no decorrer da história, a nega-

¹ Gilberto Vasconcellos explica: "... o capitalismo videofinanceiro para designar a particularidade histórica do momento atual no Brasil, onde a presença monopolizada do sistema televisivo afeta sobremaneira a conduta do Estado, dos partidos políticos, da Igreja e da Universidade" (p. 13).

ção do nacionalismo construiu e vem afirmando a globalização na sua forma mais radicalmente liberal. Da frente para trás, ou a contrapelo, como diria Walter Benjamin, o autor tece a sua justificativa para o atual estágio de comprometimento internacional (seja econômico, pelo pagamento da dívida externa, seja político, pela credibilidade internacional exigida dos representantes governamentais, ou ainda cultural, haja vista a ênfase dada à hegemonia da televisão brasileira sob todas as outras formas de manifestação cultural) apontando os diversos momentos em que prevaleceram as decisões liberais atreladas ao capital estrangeiro, tanto vindas da Europa como dos Estados Unidos.

A rejeição do caudilho no centro do país, na sede industrial que se pretendia também política e cultural, associava Getúlio Vargas ao autoritarismo não ilustrado, tacanho, que ao invés de abrir o país para desenvolvimento (igual à modernização) do mundo, afirmava o regionalismo como valorização do nacional, uma espécie de manufatura doméstica do progresso do Brasil. O autoritarismo de Getúlio Vargas serve de capa às suas idéias nacionalistas de autonomia e desenvolvimento independente do país. Em contrapartida, o capital estrangeiro que forçava a entrada contra a resistência getulista, aparecia como forma de oposição aos desmandos "personalistas" que se sobressaíam no governo de Getúlio Vargas. Era o lobo em pele de cordeiro — estrangeiro — que vinha salvar o Brasil do "inimigo nacional". Gilberto Vasconcellos diz:

"Em 1995 poder-se-ia dizer que a internacionalização do capital escolheu o sociólogo FHC para representá-lo nas ciências sociais. E o escolheu porque, afastando-se do nacionalismo getuliano e do candomblé de Roger Bastide², *FHC deu ênfase ao binômio autoritarismo e democracia, convencido (e convencendo a todos) de que a autonomia da pátria é uma estupidez que se suicidou em 1954*" (p. 78, meu grifo).

A tese de Vasconcellos bate forte nos brasileiros que ao invés de fazer o dever de casa optaram por espiar ou brincar no terreno do vizinho. Ele é explícito ao tratar do nacionalismo de Machado de Assis, ao mesmo tempo em que se apoia em Roberto Schwarz.

Quanto a Schwarz, a referência é isenta de emendas, pois este atualizou o nó que ata o favor, o escravismo e o liberalismo europeu que compõem nosso imaginário social. As *idéias fora do lugar* também tinham a intenção de alertar para a necessidade de

² Ao longo do livro, o autor faz diversas referências a Roger Bastide, mostrando sua influência na formação das ciências sociais brasileiras em contraposição às teorias cientificistas de Florestan Fernandes.

reverter o olhar da crítica brasileira para seu próprio umbigo, no sentido de reconhecer os efeitos da falta de paternidade. Na reflexão de Gilberto Vasconcellos, se o brasileiro não foi reconhecido pelo pai, então não tem nome, não tem registro e não existe. E é nesta falta que o povo deriva, em busca de identidade, agarrando-se ao estrangeiro, querendo legitimar-se. Ambos Schwarz e Vasconcellos, partilham também da compreensão do lucro e do comércio como ícones capitalistas — aliás presentes desde o início de nossa história — não sendo, portanto, invenções modernas do imperialismo central sobre os periféricos. O que eles desagravam é a maneira como o capitalismo se enviesa na cultura brasileira e não o capitalismo em si.

A grande armadilha neste raciocínio, como já apontou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), em *As idéias estão no lugar*, é a forma estanque com que as categorias são pegadas para análise: colonizador — colonizado, centro — periferia, nacional — estrangeiro. E a relação existe e vem expressa na própria dicotomia que os identifica. Perceber e proceder à análise a partir da interdependência talvez seja a maior tarefa a ser empreendida. Pensar o nacionalismo como contraponto à globalização que acena como a “comunhão entre os povos” pode ser a contribuição de Vasconcellos no arejamento da crítica cultural. Embora seja indispensável cautela na tarefa de empreender uma “nova” fase do pensamento crítico, utilizando “velhas” categorias sociológicas como parâmetro, ou ao menos como padrão de linguagem analítica.

Machado de Assis (1955), em *Instinto de Nacionalidade*, delegava à crítica a tarefa de separar o joio do trigo. Para ele, o crítico deveria identificar a literatura nacional ou o escritor nacionalista. Mas, se “... a cultura brasileira é apenas repercutora periférica dos núcleos cênicos da civilização ocidental” (p. 213) como afirma Gilberto Vasconcellos, onde identificar o “produto nacional”? Assim, o que o difere de Machado de Assis é o ponto de onde parte a análise nacionalista da cultura. Enquanto, para este último, a produção nacional era evidente, acreditando que bastava incentivá-la, para Vasconcellos, a contradição, talvez esteja na exaltação ao nacionalismo num país descrito como a sobreposição de interesses e ideologias internacionais sem apontar a relação dialética da formação da cultura, não explicitando, também, o caráter de mutação em super-aceleração nos tempos de informação globalizada. Se a cultura brasileira é mera reprodutora periférica, como separar o joio do trigo cultural? Salve-nos Machado de Assis!³

³ O próprio Gilberto Vasconcellos parece dar uma “pista” apontando o longo percurso da cultura brasileira entre a Semana de 22 — “e a ambigüidade de Mário de Andrade” — e o atual estágio da cultura. Seria dentro deste percurso temporal que deveríamos

Para o autor de *O Príncipe da Moeda* estaria na revisão da produção de Glauber Rocha muitas das chaves que desvendam a história brasileira vindo desaguar no atual estágio da videoesfera cultural. Glauber, com seu trabalho e crítica desbragada, apontava, como um dos nós o desejo brasileiro de modernização, que no devaneio romântico, adotou o "desenvolvimento" como palavra de ordem. E Gilberto Vasconcellos diz: "Em São Paulo as ciências sociais cometem o lento suicídio ao trocarem o 'desenvolvimento', pelo tema da 'modernidade' veiculada pela indústria cultural (...)" (p. 203).

Glauber Rocha ao retomar na década de 70 o Brasil do Estado Novo foge do binômio autoritarismo e democracia e aponta para o pluralismo que convive naquele período. "Para o cineasta, a tragédia de Getúlio Vargas foi defender o nacionalismo e os interesses proletários, tendo os intelectuais socialistas e o Partido Comunista como inimigos" (p. 72).

Em 1965, não só os intelectuais uspianos fizeram a opção pela indústria cultural estrangeira, também o governo (naquele momento o Exército) foi seduzido pela proposta desenvolvimentista do empresário Roberto Marinho colocando-se como sucedâneo do cinema hollywoodiano que tanto perfazia o imaginário social da época. A propaganda inicial da televisão aproximando-a do cinema como forma de divertimento teve, também subliminarmente, seus efeitos políticos levando a estampa americana como padrão de progresso.

A resistência à TV vinha dos próprios artistas de teatro, rádio e folcloristas ridicularizados, chamados de inimigos do Brasil ao fazerem a crítica. Hoje a TV Globo "... empresa de capital inteiramente nacional" (p. 109) não só transformou-se na hollywood nacional como concentrou a audiência de todas as classes sociais, do ponto de vista econômico e cultural.

A hegemonia da TV Globo é fenômeno tanto empresarial quanto cultural. Para Vasconcellos a videoesfera instalou-se no Brasil antes que o país tivesse obtido um suporte letrado, o que facilitou o estabelecimento de seu poderio e, tendo como resultado perverso a alfabetização do povo através do vídeo. Novamente podemos nos referir às *idéias fora do lugar*, pois assim como o pastiche romântico europeu instalou-se no país no século XIX, como delatava Roberto Schwarz, a videoesfera também se instala sem lastro, oca de uma crítica do público que a consome.

"... segundo os intelectuais tucanos a cultura é mercado, ou seja, cultura subordinada à mercadoria televisiva. Assim, tudo o que é

procurar as manifestações culturais que reativariam o nacionalismo na intelectualidade crítica?

cultura, a TV dominante cuida de administrar através da lógica do mercado: a redução do Brasil à mercância internacional." (p. 169)

É sob a égide deste pensamento político que está a cultura brasileira. E Vasconcellos diz mais:

"Na dança com as outras mercadorias, a telenovela surge como mercadoria *sui generis*, um produto cujo valor de uso é difícil de apontar com precisão, como se nossa modernidade conseguisse a notável proeza de fabricar uma mercadoria que abole a duplicidade do valor de uso e do valor de troca. Esta é a lógica da economia política da telenovela" (p. 16).

De aparência tão ingênua e inofensiva lá está a telenovela como produto abstrato do capital polimorfo. Um culpado que, no entanto, jamais irá para o banco dos réus, pois trata-se de matéria volátil. A telenovela é um produto que tipifica a transculturalidade brasileira na videoesfera, na medida em que tem as marcas políticas e ideológicas exigidas pela mundialização midiática, ao mesmo tempo em que carrega o selo brasileiro com garantia de qualidade *high tec*, apesar de terciromundista. Talvez a telenovela possa ser tomada para análise como a síntese da cultura que, tomada em adoção por um conglomerado paterno, adquire singularidade idiossincrática.

"Eis o achado da sociologia feagaceana: a cópia é a originalidade e o desenvolvimento se faz dentro da esperteza dependente"⁴ (p. 42). E nestes termos temos que concordar que nada melhor que a indústria cultural. Afinal... era este o lugar das idéias? Assumir o que há de cópia, sem dúvida, facilita a tarefa do crítico, mas não resolve o problema do desenraizamento denunciado por Gilberto Vasconcellos. Além disso, favorecer-se na dependência só faz confirmar o *entreguismo* de que falava Glauber Rocha. "FHC declarou que o objetivo de seu governo seria eliminar os últimos vestígios varguistas. (...) Por que Getúlio Vargas? Por que não a herança de 1964? Por que não destruir a ditadura?" (p. 86). A resposta remete novamente ao entreguismo anunciado por Glauber. Enterrar Getúlio Vargas significa encerrar a conversa de soberania nacional e curvar-se, solene e agradecidamente, diante do imperador.

Dilma Beatriz Rocha Juliano *

⁴ Vasconcellos relata que Darcy Ribeiro prognosticou, em 1995, que "...o sonho de FHC na presidência é desdobrar-se em FHC1 e FHC2. Darcy profetiza 8 anos de Brasil com FHC." (p. 85) Isso equivaleria à plena identificação com a estratégia de mercado da indústria cultural que aposta na cópia (Batman I/ Batman II, o retorno, etc.)?

* Doutoranda em Literatura Brasileira e Teoria Literária — UFSC.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado. "Instinto de nacionalidade" *In: Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1955.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar" *In: Cadernos de Debate 1 — História do Brasil: Braziliense*, 1976.
- SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar" *In: Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.